

AGENDA

DE POLÍTICAS PÚBLICAS,
PROJETOS E PROGRAMAS PARA
AS JUVENTUDES DO PARÁ



COJOVEM

Cooperação da Juventude Amazônica
pelo Desenvolvimento Sustentável



**Esta obra foi publicada nos termos da
licença Atribuição-Não Comercial-Sem
Derivações 4.0 Internacional**

**<[https://creativecommons.org/
licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt)>**

AGENDA

**DE POLÍTICAS PÚBLICAS,
PROJETOS E PROGRAMAS PARA
AS JUVENTUDES DO PARÁ**

**Belém - Pará
2023**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Agenda [livro eletrônico] : de políticas públicas, projetos e programas para as juventudes do Pará / coordenação de pesquisa Karla Giovanna Gonçalves de Souza Braga ; realização Instituto COJOVEM - Cooperação da Juventude Amazônica para o Desenvolvimento Sustentável. -- Belém, PA : Instituto COJOVEM, 2023.
PDF

Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-980941-0-2

1. Amazônia - Aspectos ambientais 2. Juventude - Aspectos sociais 3. Mudanças climáticas 4. Políticas públicas I. Braga, Karla Giovanna Gonçalves de Souza. II. Instituto COJOVEM - Cooperação da Juventude Amazônica para o Desenvolvimento Sustentável.

23-166269

CDD-363.73874

Índices para catálogo sistemático:

1. Mudanças climáticas : Políticas públicas :
Problemas sociais 363.73874

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253



**SE TU NASCESTE EM UM
MUNDO COM O QUAL NÃO
TE IDENTIFICAS, ENTÃO
NASCESTE PARA COCRIAR
UM MUNDO NOVO.”**

Sumário

Prefácio	9
Agradecimentos	11
Introdução	13
1. Por que devemos ter uma Agenda de Políticas Públicas para Juventudes feita por jovens? Entendendo os dados	16
2. Quais ODS estão norteando essa agenda, suas adequações e aplicações práticas	20
3. Princípios e Diretrizes	35
4. O que os dados nos dizem: Pesquisa “Fala Juventudes do Pará”	44
Glossário	54
Referências	57
Expediente	58



Prefácio

Ainda vivemos em um tempo onde livros, artigos, políticas, projetos e programas para juventudes são escritos por, em sua maioria, pessoas brancas em situação de privilégio e em uma faixa etária que já não mais corresponde às vivências e desafios em que estão situadas as juventudes do agora. À essas pessoas, somos gratos por pautarem temáticas a respeito das juventudes em um momento onde pouco ou nada se fala sobre. Todavia, agora estamos em um processo de afirmação e reconhecimento de nossas vozes e vivências, principalmente de nós, juventudes Amazônicas.

Pautamos essas discussões visando o aumento da conscientização de que uma dimensão da relação opressor/oprimido, explorador/explorado é que aqueles que dominam são enxergados como sujeitos enquanto os dominados, como objetos. Como sujeitos, nós temos o direito de definir a nossa própria realidade, estabelecer nossas identidades, nomear nossa história. Como objetos, nossa realidade é pautada por outros, nossa identidade é criada por outros e nossa história passa a ser contada de maneiras que definem nossa relação com aqueles que, aos olhos da sociedade, são reconhecidos como sujeitos.

Mesmo que aqueles que escrevem e pautam sobre as vivências das

juventudes sejam sujeitos ditos “autoridades” no assunto, enquanto sua autoridade for constituída tanto pela ausência de vozes dos indivíduos cujas experiências elas buscam abordar quanto pela rejeição dessas vozes por sua desimportância, a dicotomia sujeito/objeto é mantida e a dominação, reforçada.

Por tanto, esta não é uma produção que ignora lugares de fala, tampouco esquece a ética de nossas ações pois é um trabalho que visa romper com os paradigmas de dominação dentro da esfera política, social, ambiental e econômica.

Não desejamos calar a escrita de políticas públicas, projetos e programas para juventudes por aqueles que não mais vivem suas juventudes no atual contexto político, econômico, ambiental e social o qual estamos inseridos nas Amazôniaas. Mas desejamos ajudar a construir um mundo onde o trabalho, metodologias e técnicas utilizadas tanto na esfera pública quanto na esfera privada, acadêmica e demais setores possam ser construídos em cima de evidências.

Se valorizamos construções democráticas fundamentadas no multissetorialismo, e temos com a democracia um pacto honesto e verdadeiro devemos trabalhar continuamente para que essa não corra o risco de sucumbir ao autoritarismo evitando que, no futuro, a nossa extinção, como espécie, seja um fato e os problemas um inevitável ecossistema degradado sem qualquer perspectiva de resolução.



Agradecimentos

Esta **Agenda de Políticas Públicas, Projetos e Programas para as Juventudes do Pará** é fruto da inspiração e (re)existência de jovens comprometidos em fazer germinar realidades que cultivem o bem viver nas Amazônias.

Este é um produto de uma construção coletiva, pela qual gostaríamos de agradecer pela colaboração das seguintes instituições e pessoas:

Ao Instituto Clima e Sociedade

À The Nature Conservancy

À Purpose

À Equipe Executiva da COJOVEM

A todos os mentores e aos participantes do Projeto Maré Mobilizadora

A todos os pesquisadores e participantes do Projeto Rebujo da Maré

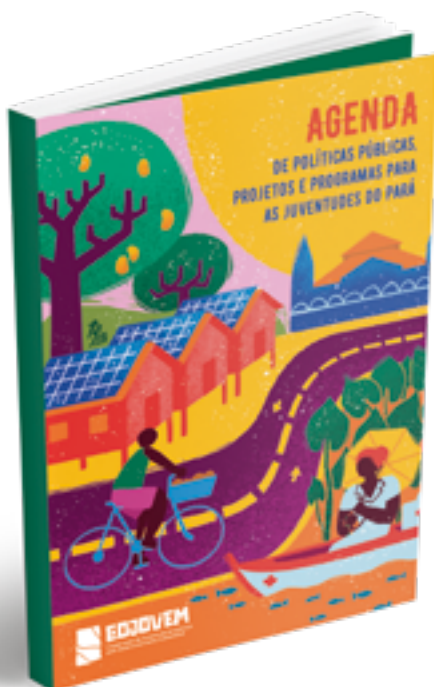


Introdução

O que é a **Agenda de Políticas Públicas para Juventudes do Pará: A construção que queremos** e quais seus objetivos

A Agenda de Políticas Públicas para juventudes do Pará: A construção que queremos é um dos produtos do *Programa A Maré tá pras Juventudes*, desenvolvido pela *Cooperação da Juventude Amazônica para o Desenvolvimento Sustentável (COJOVEM)* em parceria com 34 instituições de juventudes que atuam no Estado do Pará objetivando a construção de territórios mais resilientes e sustentáveis.

Esta Agenda traz princípios e diretrizes prioritárias para a formulação e implementação de políticas públicas, projetos e programas baseados em evidências construídas de juventudes para juventudes do Pará.





A Cooperação da Juventude Amazônica para o Desenvolvimento Sustentável (COJOVEM)

É uma organização da sociedade civil em defesa do meio ambiente e dos direitos fundamentais nas Amazônias, tem por objetivo fortalecer e engajar juventudes na Amazônia através da colaboração multissetorial para mitigar os impactos das mudanças climáticas e promover a recuperação resiliente e sustentável dos territórios amazônicos na perspectiva do **Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030**.

A instituição foi fundada por jovens amazônicas com o título de *Embaixadores da Juventude pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC)* e atua desde de 2020, tendo sido formalizada como Organização da Sociedade Civil em novembro de 2021.

Programa A Maré tá pras Juventudes

É um programa guarda-chuva desenvolvido pela COJOVEM com o objetivo de mitigar os impactos da COVID-19 e da crise climática nas juventudes amazônicas, através de formações nos eixos dos direitos fundamentais, educação midiática, prevenção e enfrentamento de violências online, desenvolvimento territorial nas Amazônias e clima; mobilizações sociais; desenvolvimento de pesquisas primárias voltadas para juventudes amazônicas; incidência política e social das juventudes incentivando a criação da mudança que queremos ver em nossos territórios.

Sobretudo, almejamos o rearranjo do anormal partindo da potência de imaginar e criar Amazônias possíveis que possam assegurar os direitos fundamentais das juventudes e de quem, em meio a profundas desigualdades, vive, ama, sofre e reproduz seus sonhos em uma vida de lutas nos territórios amazônicos.

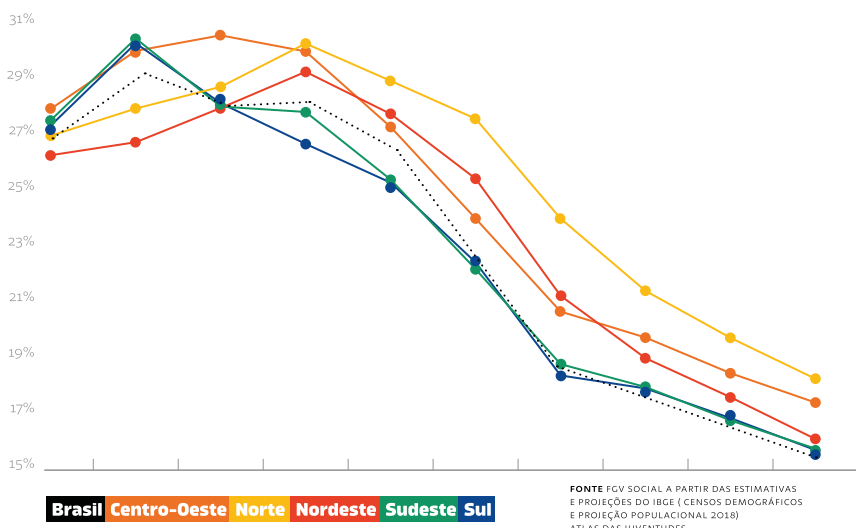


1

Por que devemos ter uma **Agenda de Políticas Públicas para Juventudes** feita por jovens? Entendendo os dados

O Brasil possui cerca de 50 milhões de jovens (15-29 anos), o que representa quase 1/4 da população total do país. Na Região Norte, 28% da população em seus territórios é composta por jovens, localizados majoritariamente em zonas urbanas. Sendo assim, o Norte é a região com maior contingente de jovens do país, seguida pela região Nordeste, com 26% (Atlas da Juventude, 2021).

Figura 1: Gráfico do Percentual de jovens na população por macrorregião (1970-2060)



Fonte: Atlas da Juventude, 2021.

Esse alto número da população jovem pelo Brasil comunica que existem milhões de juventudes em realidades e vivências diversas, acessando meios de construção de autonomia, em transição das fases do ciclo de vida de maneiras diferentes e, infelizmente, nem sempre democrática.

Dentre os recentes desafios para as juventudes está o agravamento do cenário climático no Brasil, no mundo e, sobretudo, na Amazônia. Existem pesquisas¹ que apontam que cerca de 37% do nordeste da Amazônia estava desmatado, havendo uma perda de 34% de chuva no período das queimadas², gerando um aumento de temperatura de quase dois graus nos últimos 40 anos. No sudeste, segunda região mais desmatada, foi registrado 28% de perda florestal e 24% a menos de chuva, com uma elevação da temperatura em 2,5 graus. Concluindo que a estação seca nessas regiões tem ficado mais seca, mais quente e mais longa.

À medida que os desafios climáticos aumentam, acentuam-se não somente as desigualdades entre as juventudes, mas também as suas vulnerabilidades em função de seus respectivos determinantes sociais e distribuição territorial, os quais foram agravados com a pandemia da COVID-19. Como etapa para a construção desta Agenda foram mapeadas as Políticas públicas no Estado quanto à sua disposição

em atender às juventudes do Pará no período de 2002 - 2022, relacionando essa atenção juntamente das variáveis sociais e espaciais de meio ambiente, gênero e raça. A metodologia utilizada se baseou na quantificação e análise de políticas públicas encontradas nas plataformas digitais, levando em consideração seu foco principal e seu diálogo com as palavras-chaves buscadas pela pesquisa.

Sendo assim, foram feitas buscas nas seguintes fontes: Leis Ordinárias, Leis Complementares, Decretos, Resoluções e Portarias, disponibilizadas pelo Portal da Legislação do Governo Federal. Nesse ponto, foram selecionadas as políticas que podem interferir direta ou indiretamente no processo de desenvolvimento da juventude no Estado, mediante as leis que corroboram para o fortalecimento e direcionamento de ações estatais para esse público-alvo dentro dos parâmetros ambientais, de gênero e de racialidade.

1 GATTI, L. V. et al. Amazonia as a carbon source linked to deforestation and climate change. **Nature**, v. 595, n. 7867, p. 388-393, 15 jul. 2021.

2 Nos meses de agosto, setembro e outubro.

Como resultado encontrado:

Políticas Públicas do Estado do Pará para as juventudes

09 Leis Ordinárias

0 Leis Complementares

05 Resoluções

0 Portarias

22 Decretos



Dessa maneira, faz-se pertinente inferir: **onde estão materializadas as Políticas Públicas para as juventudes do Estado do Pará?** Visto que, por mais que existam, ainda perpassam pelas faltas de assistência e acesso a mecanismos de crédito, contextualização para as múltiplas realidades das juventudes, monitoramento e acompanhamento e efetivação dessas políticas públicas, especialmente em territórios para além da capital do Estado.

Para que a construção de cenários realmente representativos para juventudes seja possível, é fundamental apoiar o pleno desenvolvimento de jovens em seus territórios e, dessa maneira, garantir que possam realizar seus potenciais coletivos e individuais, concretizando sonhos, aprender, inovar e participar ativamente da economia e da sociedade, como protagonistas, em todas as suas esferas (Atlas da Juventude, 2021).

Logo, trazer à tona os sentimentos, vontades e interesses das juventudes

para as juventudes no contexto de uma agenda voltada para a construção de políticas públicas baseada em evidências se faz não somente necessário, mas sobretudo urgente no processo de desenvolvimento de um grupo social que muito movimentada a população, não somente com sua força de trabalho, mas com sua energia de transformação social.

Por isso, é de fundamental importância para o Estado do Pará ter uma agenda norteadora para o Governo, instituições públicas, instituições privadas, coletivos organizados, tomadores de decisão e demais instituições que trabalham com juventudes do Estado, sintetizando as demandas das juventudes da Amazônia paraense, visando co-criar políticas públicas coerentes para mitigar os impactos da crise climática, incentivar o protagonismo e participação cidadã das juventudes e reduzir as desigualdades de todos os jovens que reproduzem seus sonhos em uma vida de lutas dentro do Pará.

2

Quais ODS estão norteadando essa agenda, suas adequações e aplicações práticas

A Agenda 2030³ é um plano de ação desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU), a qual propõe um pacto global em prol do desenvolvimento sustentável, garantindo a atenção às necessidades básicas dos cidadãos através de um processo econômico, político e social que respeite o meio ambiente e a sustentabilidade.

A Agenda foi ratificada por 193 países, em 2015, e conta com 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais apresentam 169 metas a serem alcançadas até 2030, que conversam com os pilares da sustentabilidade e, conseqüentemente, são interdependentes e transitam pela erradicação da pobreza e da fome, saúde e bem-estar, educação,

igualdade de gênero, acesso à água potável e saneamento, energia limpa, trabalho decente, crescimento econômico sustentável; redução das desigualdades sociais; sustentabilidade da vida; inovações em infraestrutura; consumo responsável; cidades saudáveis; responsabilidade climática; redução das desigualdades; instituições eficazes; e paz social.

Desde o lançamento da Agenda 2030, os ODS têm sido continuamente incorporados a planos de governo, projetos, programas e pesquisas que visam fomentar lógicas sustentáveis e ambiciosas. Nessa perspectiva, a necessidade de incorporar tais elementos como proposta norteadora em prol das metas em território nacional tem se mostrado de suma importância para um desenvolvimento brasileiro que envolva os brasileiros na construção de seus próprios territórios de maneira resiliente e sustentável.

Os ODS que estão presentes nesta agenda foram decididos por juventudes amazônicas participantes da imersão

3 Organização das Nações Unidas. Transformando o nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Resolução A/RES/70/1 [internet]. Nova Iorque: UN; 2015. [Acesso em 2022 nov 6]. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>

do Projeto Rebujo⁴. Seis ODS foram destacados como prioritários na construção de políticas públicas para

juventudes amazônidas do Pará, sendo pensados a partir de suas principais metas e adequações à realidade da Amazônia, demonstrando nos tópicos intitulados como “Na prática” como transformar as ODS em ações em programas, projetos e políticas públicas.

13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA



Para a escolha dos ODS, foi considerada como central de discussão o ODS-13: ação contra a mudança global do clima,

que prevê a adoção de medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos. No contexto amazônico, os efeitos da emergência climática estão se evidenciando, como apontou o 6º Relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU (IPCC)⁵, bem como ondas de calor, secas extremas, enchentes, perda de produtividade humana e agrícola, extinção de espécies, redução da capacidade de trabalho, insegurança alimentar e deslocamentos humanos forçados.

4 Entre os dias 2 e 4 de novembro, a COJOVEM realizou uma imersão presencial com jovens lideranças de todo o Estado do Pará, para traçarmos juntos as principais diretrizes e princípios para a elaboração e implementação de políticas públicas que sejam realmente efetivas para promover o Desenvolvimento Sustentável na nossa região, tendo como base os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os resultados das fases de levantamento e pesquisa do Rebujo.

5 Resumo do Sexto Relatório de Avaliação do IPCC. Disponível em: ihu.unisinos.br/categorias/617625-resumo-do-sexto-relatorio-de-avaliacao-do-ipcc

Nesse cenário de devastação do bioma e da região, há também a degradação da terra, da água, das matas, que são recursos naturais fundamentais principalmente para a sobrevivência, refletindo na qualidade de vida e na segurança alimentar de todas as pessoas da Amazônia, do Brasil e do mundo, mas especialmente dos povos da floresta e dos amazônidas em situação de vulnerabilidade, que são quem estão sentindo primeiro e com mais intensidade os impactos do avanço da crise climática no território amazônico.

O IPCC também projeta um aumento no número de eventos de chuvas extremas, o que implica aumento na probabilidade de enchentes e deslizamentos de terra. Os Estados do Acre, Rondônia, Pará e o sul do Amazonas são citados como regiões que sofrem com o aumento do risco de inundações mais frequentes e extremas.

Diante dessa complexa e diversa realidade enfrentada pelas populações amazônidas, faz-se necessário que os ODS elaborados a partir de uma noção global sejam adequados à realidade local. Cada meta escolhida foi reelaborada a partir de discussões feitas pelas juventudes paraenses, com prazos até 2030 para serem cumpridos.

No tópico a seguir, apresenta-se os ODS e suas metas globais sinalizadas como essenciais para a efetivação dos direitos das juventudes na realidade, segundo os jovens participantes da construção da presente *Agenda*, elaborada de juventudes para juventudes:



2.3 Dobrar a produtividade agrícola sustentável e a renda dos pequenos produtores de alimentos,

particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

2.4 Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes,

que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.



Metas adequadas à realidade da juventude paraense:

Foram levantadas problemáticas acerca da ausência total ou parcial de práticas sustentáveis nas culturas alimentícias no Estado do Pará e da inclusão das juventudes na produção agrícola e na aprendizagem de formas sustentáveis.

Faz-se necessário: formar os pequenos produtores indígenas, quilombolas, produtores familiares e demais produtores sócio-excluídos no desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais (SAFs), garantir o acesso a informação de qualidade através de assistência técnica e confiança aos agricultores sobre sua produção e a relação de impactos gerados pela crise climática, assim como garantir mecanismos de crédito seguro e justo para a produção que devem ser geridos, preferencialmente, por mulheres. Estas são metas a serem atingidas a fim de mitigar as desigualdades existentes.

Na prática: ideias para implementar a meta através de projetos, políticas públicas e programas para as juventudes:

- **Destinar verbas do Pagamento de Serviço Ambiental (PSA) para fortalecer juventudes, principalmente de territórios rurais, a trabalharem no ramo da bioeconomia**, no Estado do Pará, garantindo a preservação e continuidade de práticas culturais que preservem o meio ambiente e que constituem partes identitárias de diferentes populações.
- **Desenvolvimento de projetos voltados para a democratização de saberes acerca de sistemas agroflorestais, monitoramento de culturas alimentícias** e sua importância para mitigar os impactos da crise climática.
- **Desenvolver projetos públicos voltados para o fortalecimento de capacidades locais** para a gestão de empreendimentos e ampliação da comercialização de produtos da agricultura familiar.
- **Fomento a mecanismos que promovam equidade de gênero e aumento de oportunidades de acesso a crédito e assistência técnica para desenvolver projetos, programas e empreendimentos** para as juventudes em programas Estaduais no ramo da bioeconomia.



3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.

Metas adequadas à realidade da juventude paraense:

Foram destacadas as ausências de enfoque a redução de mortes e doenças por produtos químicos, contaminação e poluição, descentralização da saúde com logística voltadas para os territórios amazônidas, ausência de espaços de saúde básica nos territórios, programas de saúde voltados às juventudes e a não fiscalização dos órgãos públicos em regiões afastadas em relação aos grandes centros.

Faz-se necessário: fortalecer recursos destinados a área da saúde, promover planejamentos regionais pensados a partir das realidades locais, elaborar programas para a saúde da juventude com inclusão da saúde mental, fomentar projetos de educação em saúde nas comunidades indígenas e quilombolas, promover a cooperação internacional visando a interação de profissionais da saúde com foco de atuação em comunidades.

Na prática: ideias para implementar a meta através de projetos, políticas públicas e programas para as juventudes:

- **Ampliação e desenvolvimento de programas e projetos voltados para a saúde mental da população jovem** considerando as especificidades de gênero e raça.
- **Ampliação e desenvolvimento de campanhas de conscientização acerca das mortes ocasionadas pela vulnerabilidade socioambiental e climática.**
- **Desenvolvimento de projetos de educação em saúde nas comunidades tradicionais do Pará, promovendo uma maior inserção de profissionais da saúde pública** em áreas mais afastadas dos centros urbanos.
- **Fortalecimentos de campanhas vacinais** com atenção às doenças endêmicas da Amazônia.
- **Aumento de campanhas que combatam a desinformação e a propagação de fake news** sobre saúde e bem estar na Amazônia.

**GARANTIR O ACESSO À
SAÚDE DE QUALIDADE
E PROMOVER O BEM-
ESTAR PARA TODOS,
EM TODAS AS IDADES**





4.7 Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

Metas adequadas à realidade da juventude paraense:

As problemáticas a serem enfrentadas no que compete a área da educação perpassam pela precarização do ensino, ausência de contextualização e envolvimento das comunidades tradicionais, falta de uma formação continuada e capacitação para professores, falta de valorização de saberes ancestrais e tradicionais e ausência da produção de materiais didáticos elaborados a partir da realidade do aluno.

Faz-se necessário: ampliar a participação de lideranças das comunidades em elaborações de materiais didáticos, construir escolas dentro dos territórios, reformas curriculares visando contextualizações, incentivo a construção de Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) baseados na realidade local, garantia em políticas públicas para que profissionais da educação possam atuar em seu território e formação continuada do professor.

Na prática: ideias para implementar a meta através de projetos, políticas públicas e programas para as juventudes:

- **Ampliação da participação de lideranças das comunidades em elaborações de Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e materiais didáticos** baseados nas realidades locais.
- **Aumento de salários para profissionais da educação e escolas bem estruturadas** em territórios mais afastados dos centros urbanos.
- **Ampliação de programas de estágio e trabalho** que possam incentivar o retorno de profissionais da educação para suas comunidades a fim de fomentar a educação contextualizada.
- **Ampliar modelos escolares pautados na educação ambiental.**

■ **Aumento de projetos voltados para o fortalecimento de capacidades técnicas das juventudes para o mercado de trabalho atrelado a sociobioeconomia** e demais mercados de trabalho que fomentem a floresta de pé.

■ **Aumento de projetos voltados para a educação climática de juventudes na Amazônia paraense.**

■ **Aumento de projetos contextualizados voltados para a educação em cidadania digital no Pará**, visando a redução de crimes cibernéticos.





6.2 Alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.

6.3 Melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.

6.6 Proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos.

Metas adequadas à realidade da juventude paraense:

As problemáticas a serem enfrentadas no que diz respeito a água e saneamento são as transmissões de doenças via consumo de água inadequada, responsabilização das grandes indústrias quanto ao uso eficiente da água, falta de acesso e distribuição de água, construções irregulares em rios e igarapés, uso crescente de agrotóxicos e contaminação dos lençóis freáticos.

Faz-se necessário: recuperar e criar espaços de lazer que envolvem recursos hídricos, rios urbanos, garantir acesso a água potável em instituições de ensino principalmente da primeira infância, envolver a juventude na gestão e fiscalização da qualidade de água, capacitar jovens para análise de

qualidade de água, educação acerca de saneamento básico e incentivo às pesquisas de saneamento básico.

Na prática: ideias para implementar a meta através de projetos, políticas públicas e programas para as juventudes:

- **Inserção da Educação ambiental como matéria obrigatória em escolas públicas.**
- **Descentralização do saneamento para o tratamento efetivo de águas residuárias em comunidades.**
- **Ampliação da coleta seletiva em comunidades ribeirinhas.**

■ **Desenvolvimento de projetos com soluções baseadas na natureza** voltadas para o saneamento no Pará.

■ **Garantir o correto funcionamento de Estações de tratamento de esgoto no Pará.**

■ **Garantir a desativação de lixões.**

■ **Fomentar práticas de lazer atreladas à conservação do ecossistema.**

■ **Desenvolvimento de Projetos e Programas para formação de juventudes visando a atuação deste público como agentes socioambientais** dentro dos municípios paraenses, concedendo bolsas e incentivando jovens no caminho da educação e pesquisa ambiental nos territórios.





10.2 Empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

Metas adequadas a realidade da juventude paraense:

No que diz respeito à redução das desigualdades, as problemáticas levantadas foram: a ausência de minorias de direito em espaços de decisão, falta de incentivo a diversidade nos espaços de elaboração de políticas públicas, o não acesso a processos seletivos, editais e oportunidades, exclusão digital e a baixa capacitação de mão de obra.

Faz-se necessário: considerar aspectos da equidade na elaboração de políticas públicas, garantir o direito à juventude, ampliar a inclusão digital e acesso a informações seguras, elaborações de programas de acesso com especificidades territoriais, de gênero, raça, etnias e sexualidade.

Na prática: ideias para implementar a meta através de projetos, políticas públicas e programas para as juventudes:

■ **Incentivo de práticas que promovam a cooperação multissetorial no processo de construção de políticas públicas através de consulta prévia e demais mecanismos participativos.**

■ **Uso de metodologias baseadas em design thinking para elaborar projetos, programas, políticas e demais proposições para a redução das desigualdades no Estado.**

■ **Criação de uma secretaria de juventudes** para desenvolver projetos, programas e demais propostas específicas para este público, visando a mitigação dos impactos da COVID-19 e da crise climática nas juventudes do Estado.

■ **Construção do Plano Estadual de Juventudes e Meio Ambiente do Estado do Pará.**

■ **Ampliar a participação de pessoas LGBTQIAP+, populações não brancas e juventudes nos processos de discussão e tomada de decisão contextualizada.**

■ **Ampliação de redes comunitárias, bolsa internet e demais iniciativas que promovam a inclusão digital de forma gratuita e segura** por parte de pessoas em situação de vulnerabilidade.





11.1 Garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.

11.2 Proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.

11.7 Proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.



Metas adequadas a realidade da juventude paraense:

No que diz respeito ao direito à cidade com justiça ambiental, pontua-se como problemáticas o enfraquecimento de órgãos de fiscalização e de demarcação de territórios, a ausência de proteção e defesa civil, a falta de reconhecimento do desenvolvimento de espaços inclusivos ou que rompam com o padrão e a inexistência de um projeto de acessibilidade para pessoas com deficiência.

Faz-se necessário: fortalecer órgãos de fiscalização de proteção dos territórios, reativar espaços e prédios em situação de abandono com utilização para fins que atendam pessoas em vulnerabilidade, garantia de mobilidade de forma sustentável como valorização e aumento de ciclovias e vias hidroviárias.

Na prática: ideias para implementar a meta através de projetos, políticas públicas e programas para as juventudes:

- **Ampliação da construção de espaços e cidades sensíveis ao gênero, idade, sexualidades e pessoas com deficiências.**
- **Ampliação e implementação de novas ciclovias e incentivo a transportes sustentáveis, seguros e acessíveis.**
- **Fortalecimento de órgãos de fiscalização** para promover cidades e comunidades resilientes e sustentáveis.
- **Adoção de soluções baseadas na natureza** para manutenção de espaços urbanos.
- **Elaboração de projetos que façam aproveitamento das possibilidades de mobilidade hidroviária do estado.**
- **Ampliação da contratação de mulheres e jovens** para pensar as cidades amazônicas.
- **Ampliação de inovações para o desenvolvimento de cidades amazônicas que possam considerar os fatores ambientais e climáticos das cidades como um fator-chave para o planejamento urbano.**
- **Ampliação e construção de espaços nas cidades voltados para a juventude.**
- **Ampliação e execução de intervenções urbanas em bairros desenvolvidos com e para moradores.**
- **Fortalecimento e ampliação de espaços culturais,** prevendo fomento à economia local e criativa, assim como o fechamento de ruas para lazer.
- **Estabelecer pontos de denúncia de violência contra a mulher em supermercados e farmácias,** visando a ampliação de mecanismos e formas de denúncia.
- **Ampliação e fortalecimento de abrigos para pessoas em situação de vulnerabilidade.**

3

Princípios e Diretrizes

Não há políticas públicas efetivas para as juventudes quando não há participação de jovens em espaços de deliberação, que pensem a cidade e o campo também através de suas realidades, identidades, fazeres e saberes. Ademais, se faz fundamental pautar e valorizar os impactos ambientais como formuladores e transformadores de vivências, visto que jovens pretos(as), LGBT+, mulheres, de comunidades tradicionais e periféricas são diretamente atingidos pelos processos de degradação ambiental, sofrendo injustiças ambientais e o racismo ambiental - já que, mesmo as juventudes não são as criadoras dos desastres ambientais, estão sendo impactados diretamente por eles.

Para líderes de movimentos de juventudes que defendem as várias esferas sociais, políticas e culturais em seus territórios, faz-se pertinente identificar os **PRINCÍPIOS** e **DIRETRIZES** que direcionam as políticas públicas eficazes para jovens no Estado do Pará.

Os **PRINCÍPIOS** que norteiam esta Agenda consistem na base para o sistema de construção de políticas públicas; isto é, determinaram

os **valores e preceitos** para a formulação de estratégias eficazes para a efetivação dos direitos das juventudes no Estado do Pará.

Já as **DIRETRIZES** consistem nos **caminhos e estratégias** para essa sustentabilidade e manutenção serem efetivas e que comportem as múltiplas realidades expostas pelas juventudes, sendo essas particularidades essenciais para que se efetive políticas públicas que de fato cheguem aos objetivos de suas existências e eficácias.

3.1. Princípios

➤ **Reconhecimento de juventude, território, do corpo-território e necessidades específicas dessas juventudes;**



■ **Acompanhar as juventudes amazônicas e as compreender inseridas em um**

cenário de conflitos. Isso porque, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública⁶, as mortes violentas de jovens na Amazônia Legal é 34,3% maior que a média brasileira, dado o qual se expande

⁶ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>

ao classificar as violências, desde latrocínio, até o estupro. Sendo assim, a Amazônia é um território de conflito que consequentemente vulnerabiliza as juventudes.

Além disso, o corpo-território é o conceito pelo qual destaca como a exploração de territórios implica violenta e diretamente nos corpos que os habitam. Em outras palavras, é materializar de forma política as problemáticas sociais que atravessam os corpos das comunidades da região amazônica, que vão desde o tráfico de drogas, aos garimpos ilegais, até o fluxo de tráfico humano ocorrentes de forma estrutural.

Outra exposição neste princípio são as formas de educação trabalhadas nas comunidades da Amazônia paraense. As juventudes demandam uma educação popular que contemplem as particularidades e identidades de suas realidades. Isto é, a construção da cultura e da educação precisam de uma atenção prioritária na formulação de políticas públicas, visto que as juventudes dessas comunidades acabam por perder seus vínculos culturais com a expansão do fomento de culturas globalizantes.

Esses processos trazem grande risco de perda de cultura local e, consequentemente, de práticas de preservação e conservação socioambientais. Tal qual a educação básica, que em muitos momentos encontra o seu direcionamento em currículos externos à realidade de comunidades, perdendo a essência do ensino-aprendizagem de jovens dentro de seus contextos.

Levar em consideração esse princípio é poder conciliar a realidade violenta dos territórios, educação popular e a cultura regional com as políticas públicas de fomento aos processos que levem essa manutenção como base de projetos e programas, para que se perpetuem atividades que contribuam para a manutenção da identidade dessas comunidades - a forma de educar, os exemplos a serem usados, a cultuação de ritos, de narrativas, etc. - principalmente das juventudes, visto que preservar a identidade cultural desses jovens é garantir a continuidade de suas existências e de suas vozes nesses territórios.



➤ Bem-viver integral das juventudes, com acesso à saúde e à segurança

Como princípio-base de sustentabilidade das juventudes, isto é, de buscar equilíbrio entre o suprimento das necessidades desses jovens e a preservação dos recursos naturais nos territórios em que vivem, não comprometendo as próximas gerações. É assegurar a saúde e a segurança aos líderes dessa categoria, a saúde e a segurança das juventudes, especialmente tendo em vista que muitos desses jovens residem em regiões periféricas, desprovidas de bens básicos para o bem-estar social, desde a saúde pública, aos postos de segurança civil.

Este cenário se intensifica devido aos conflitos socioambientais ocorridos no cenário amazônico supracitado. Bem como

possibilitar a prevenção de problemáticas ao corpo físico, do que o próprio ambiente degradado pela industrialização em zonas de apropriação de produtos naturais produz para os habitantes dessas regiões, e os assassinatos de corpos de juventudes pela defesa de seus territórios. A não segurança da sustentabilidade das juventudes, seja na preservação do meio ambiente, ou pela segurança das vidas em perigo, é não levar em consideração as necessidades de promoção do bem-estar com saúde e segurança de qualidade, constituindo o quadro de violência por qual perpassa, os impedindo de um cenário de liberdade e bem-estar social.



➤ Regeneração do processo de garantias de direitos e participação cidadã na construção política dos territórios;

Aqui observa-se que para as juventudes é um princípio importante a garantia de direitos através da participação direta e deliberativa dessas juventudes em espaços de decisão. Além disso, faz com que se promova o fomento de suas iniciativas para que possam, de forma autônoma, promover a sustentabilidade de jovens dentro dos territórios.

Para esse princípio, destaca-se a independência desses territórios diante dos seus processos de existência social, conferindo a eles o investimento necessário para que consigam a

emancipação e ressignificação de seus saberes e fazeres, que constituem suas identidades e dar a eles essa possibilidade.

É garantir que sua existência também é importante, e poder manter suas tradições, ou até mesmo resgatá-las, é um pressuposto para mantê-los vivos e saudáveis para conquistar a independência, liberdade e segurança de seus corpos-territórios



➤ Prioridade de pautas socioambientais e atenção às consequências das mudanças climáticas;

Ter atenção às consequências inevitáveis das mudanças climáticas na Amazônia, especialmente nas em zonas periféricas, é fundamental para atender às juventudes que sofrem diariamente com os processos advindos do desenvolvimento social e espacial das grandes cidades. Essas medidas de contenção aos danos graves do racismo ambiental (HERCULANO e PACHECO, 2006)⁷, devem estar amparadas em uma preocupação prioritária de que as mudanças climáticas afetam as juventudes, principalmente as mulheres.

Essa reflexão será feita para investir na educação ambiental e de proteção em desastres motivados por interferência humana no ecossistema de comunidades do campo e da cidade.

7 HERCULANO, Selene; PACHECO, Tania. Racismo ambiental, o que é isso. **Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE**, 2006.

Preservar o meio ambiente e mitigar os impactos das mudanças climáticas também significa valorizar o saber ancestral das comunidades no contexto das pautas climáticas, isto é, promover e garantir com políticas públicas o conhecimento dos povos que sobrevivem há décadas aos problemas ambientais causados por processos de colonização permanente, que causam degradação a existência dos povos tradicionais e seus territórios.



Fortalecer a cidadania das juventudes para visão crítica e valorizar seu conhecimento acerca da justiça social, racial e climática

Reconhecer os jovens que conciliam suas vivências com os acontecimentos sociais, que envolvam a sobreposição das problemáticas da intolerância racial, da diferenciação de classes e dos processos em escala do clima, implicando diretamente no seu dia-a-dia. Fazendo com que compreendam a relação das suas realidades com as problemáticas.

Este princípio norteia o que convém reconhecer como promover a inteligibilidade das juventudes e como a sobreposição de opressões os afetam diretamente. Assim, os colocando à responsabilidade de cobrar pelos direitos, bem como entendendo seus deveres na sociedade em que vivem, os relacionando com a construção de Políticas Públicas através das necessidades de suas realidades.



Urbanização e moradia responsáveis, resilientes e sustentáveis

Levar em consideração a construção de cidades resilientes e sustentáveis é promover a qualidade de vida de juventudes, que sejam incentivadas a vivenciar uma urbanização que priorize o bem-estar social, com medidas sustentáveis diretamente ligadas ao combate a degradação ambiental, e também de espaços urbanos que possam ser utilizados para o lazer.

Fomentar e investir na participação de juventudes em espaços de deliberação no que concerne aos projetos urbanísticos de contenção das problemáticas que grande parte dos jovens enfrentam ao usufruir da cidade por meio dos seus transportes públicos e particulares, das suas obrigações laborais e estudantis, do lazer, etc. Tornar a cidade e o campo espaços responsáveis ambientalmente, restituidores na degradação e sustentáveis para a continuidade da vida.



Identidades de gênero e as múltiplas sexualidades

Se faz primordial para a formulação de políticas públicas para as juventudes, reconhecer a influência das identidades de gênero e das sexualidades para a sua sobrevivência. Isto é, compreender as necessidades que causam a

independência financeira precoce, ausência de moradia, problemas psicossomáticos, entre outros fatores que o auto reconhecimento de gênero e sexual pode ter como consequência severa para os que transgridem as realidades padrões de seus lares.

O preconceito estrutural contra orientações que se afastam da lógica cis-heteronormativa, por vezes, impedem o desenvolvimento, o sustento e o mantimento de jovens em suas escolas, universidades, trabalhos, ciclos sociais e familiares. Fomentar e resguardar o talento profissional e artístico dessas juventudes é essencial para que consigam manter a sua existência com qualidade.

3.2. Diretrizes

Esses PRINCÍPIOS levam para as seguintes DIRETRIZES apontadas pelas lideranças de juventudes pelo Pará, no intuito de montar planos de políticas públicas baseadas nas necessidades e valores dessas juventudes na Amazônia:



➤ Educação

Para as juventudes, faz-se pertinente a conciliação da educação construída em espaços hegemônicos com os saberes de comunidades tradicionais e também o cultivo de uma educação popular das cidades. Dessa forma, as políticas públicas precisam usar como estratégia o investimento em uma educação básica forte capaz de preparar esses jovens

Investir financeiramente no cultivo da cultura e tradição, com a orientação de implementação de projetos que visem a educação a partir dos territórios, da transmutação de princípios dessas comunidades, sejam do campo, sejam da cidade, com base nacional curricular. Assim, dar autonomia para que essas comunidades resistam diante suas atividades tradicionais de educação popular.

Para tanto, orienta-se, mediante inquietação dessas juventudes, uma educação, que seja sobretudo, ambiental e cultural, diante as múltiplas relações que essas juventudes tem com seus solos, ares, águas, faunas e floras, que são diretamente atingidas pelo desenvolvimento social e espacial imposto por grandes projetos na Amazônia. Que possam ser incentivados a identificar essas problemáticas e encontrar meios de dirimir as consequências danosas ao meio ambiente e sobre os seus.



➤ Protagonismo Político Deliberativo

Para as lideranças e mobilizadores de juventudes pelo Estado do Pará, políticas públicas devem ter como prioridade o protagonismo de jovens em espaços políticos deliberativos. Visto que dados da pesquisa Fala, Juventudes (2022), (em fase de pré-publicação)⁸, apontam

⁸ A pesquisa Fala, Juventudes do Pará consiste em dados quantitativos e qualitativos acerca da caracterização das juventudes paraenses, sua localização socioespacial e suas demandas e posicionamentos políticos.

que majoritariamente a relação de jovens e política se dá mediante o incentivo desses jovens em períodos eleitorais, sendo essa massa mobilizada para a captação de votos. Entretanto, ao se tratar da participação efetiva, construtiva e deliberativa nesses espaços, não há o mesmo incentivo.

Desse modo, colocar as juventudes como vozes e votos, essencialmente em debates que tenham como finalidade a manutenção e sustentabilidades desses jovens através de políticas públicas.

Sendo assim, toma-se como estratégia o fortalecimento do Conselho Estadual de Juventudes, bem como reconhecer espaços de discussões deliberativas acerca da pluralidade de corpos-territórios, estimulando uma autonomia política mediante incentivo público.



➤ Renda

Pensar estrategicamente o que significa manter a existência de juventudes com qualidade de

vida e promovendo a maior promoção e desenvolvimento de suas qualidades profissionais no modo de produção capitalista norteia essa diretriz.

A renda para as juventudes também se configura como uma estratégia essencial para a construção de políticas eficazes e que almejam resultados eficientes para as realidades amazônicas. A falta de oportunidade, de empregos e demais ocupações coerentemente

remuneradas se torna um desgaste de potenciais das juventudes no Pará.

Nesse sentido, na medida em que coloca-se a renda para juventudes somente com meios somente com meios que não permitam reais meios para o desenvolvimento pessoal, profissional e socioeconômico dos jovens, segundo os objetivos de cada um em sua própria trajetória, tal qual o programa jovem aprendiz.

Isto é com trabalhos terciários, sem que sejam dadas reais oportunidades para o protagonismo dessa comunidade em outras esferas laborais, bem como a articulação e projeção de arquiteturas diversas de desenvolvimento urbano e social a partir das suas qualidades e a arte individual e coletiva dos grupos que se apresentam enquanto jovens produtores de espaço.

A partir disso, entende-se que para obter essas qualidades, é necessário investimento e fomento da profissionalização e especialização das juventudes, partindo de suas principais necessidades, para as diversas formas de produção de lucro, que não somente a mão de obra barata e precarizada.

Dessa maneira, políticas públicas devem também ser orientadas pelo progresso de mecanismos de recursos que fomentem e protagonizam jovens, dando o suporte necessário para que aperfeiçoem suas habilidades, seus talentos e sejam capazes de alcançar sua realização pessoal e profissional.

Valorizar e investir nas juventudes é também incentivar a liderança, a criatividade, o protagonismo, a proatividade, o coletivismo, a mobilização e a inclinação para inovação científica no Estado do Pará e na Amazônia.

Meio Ambiente



Não há como dissociar os impactos ambientais negativos com a sobrevivência de jovens na Amazônia. Quanto

maior os impactos ambientais de natureza negativa, menor são as chances de sobrevivência das juventudes amazônicas, as quais, em sua maioria, encontram-se em um cenário de vulnerabilidades e incertezas socioeconômicas e ambientais, principalmente com o advento da COVID-19.

Esta é uma realidade da Amazônia, principalmente de comunidades tradicionais e periféricas. Sendo assim, se faz pertinente que as políticas públicas estejam norteadas a partir de diretrizes que tenham como estratégia o monitoramento de riscos ambientais e desenhos de cidades e assentamentos que possam considerar os impactos climáticos a longo prazo nos diversos territórios do Estado.

Além disso, a degradação do meio ambiente pode prejudicar a manutenção

de culturas alimentícias e demais nuances que compõem a bioeconomia no Estado do Pará. Sendo um direcionamento fomentar tecnologias que possam transmitir a transparência de como e o quanto esses fenômenos, motivados por interferência antrópica no espaço, estão se dando no Pará.

Dessa maneira, as diretrizes que atravessam o meio ambiente, foram de **pauta prioritária para as juventudes**, que corroboram para o fomento de espaços estaduais deliberativos acerca do ambiente, clima e sociedade, tendo jovens compondo as esferas de voz e voto.

Isto é, fóruns, encontros, simpósios e sessões municipais e estaduais que discutam e passem a nortear ações de mitigação de



problemáticas ambientais, que envolvem crise climática, racismo ambiental com a justiça climática, racial e ambiental, pelo direito à cidade e ao campo com qualidade e sem o medo constante de desastres que dizimaram suas populações.

Se dará assim mediante a descentralização da governança climática e ambiental, tendo jovens nesses espaços como produtores também de intervenção no processo de desenvolvimento social e espacial, que são as motivações de implementação de atividades que põe em risco suas vidas.

Se direciona também o compromisso com as agendas climáticas produzidas por coletivos jovens, de mulheres, de comunidades, no que tange à contenção da violência causada pela falta dessas voz e desses corpos nos espaços de decisão.

3.3 Em Síntese

Portanto, faz-se pertinente a criação de esferas políticas que cuidem desses processos contando com a participação da juventude, não somente na hora de angariar votos, mas também no momento de tomada de decisão e de movimentação política. Somado a isso, o incentivo financeiro e de oportunidades de crescimento formativo, valorizando os saberes das juventudes de comunidades tradicionais e periféricas, bem como às proporcionando o profissionalismo e a autonomia financeira, política e social. Esses são os caminhos de princípios e diretrizes traçados pelas juventudes amazônicas do Pará.

Nesse contexto, para superar os obstáculos apresentados e assegurar os direitos das juventudes no Estado do Pará, os caminhos de princípios e diretrizes traçados pelas juventudes amazônicas nesse território são:

- Pautar e valorizar os impactos ambientais como formuladores e transformadores de vivências, visto que jovens pretos(as), lgbt+, mulheres, de comunidades tradicionais e periféricas são diretamente atingidos pelos processos de degradação ambiental, sofrendo injustiças ambientais e o racismo ambiental.
- Criar de esferas políticas que cuidem desses processos contando com a participação da juventude, não somente na hora de angariar votos, mas também no momento de tomada de decisão e de movimentação política.
- Fornecer incentivo financeiro e de oportunidades de crescimento formativo, valorizando os saberes das juventudes de comunidades tradicionais e periféricas, bem como às proporcionando o profissionalismo e a autonomia financeira, política e social.

4

O que os dados nos dizem: pesquisa ‘Fala Juventudes do Pará’

A pesquisa **Fala Juventudes do Pará** tem como objetivo o entendimento do cenário de participação cidadã e desafios das juventudes do Estado do Pará que subsidiaram a construção desta agenda, baseada em evidências e sustentada por amplo processo de diálogo e articulação social na Amazônia paraense.

O público-alvo da pesquisa são juventudes paraenses de 15 a 35 anos, que foram convidadas a responder um formulário online composto 38 perguntas, que esteve disponível nos dias 5 à 30 de agosto de 2022 e contou com o total de 388 respostas.

Levando em consideração dados das juventudes evidenciados pela pesquisa, os tópicos a seguir norteiam as evidências a serem levadas em consideração para elaboração de políticas públicas, projetos e programas para esta população.

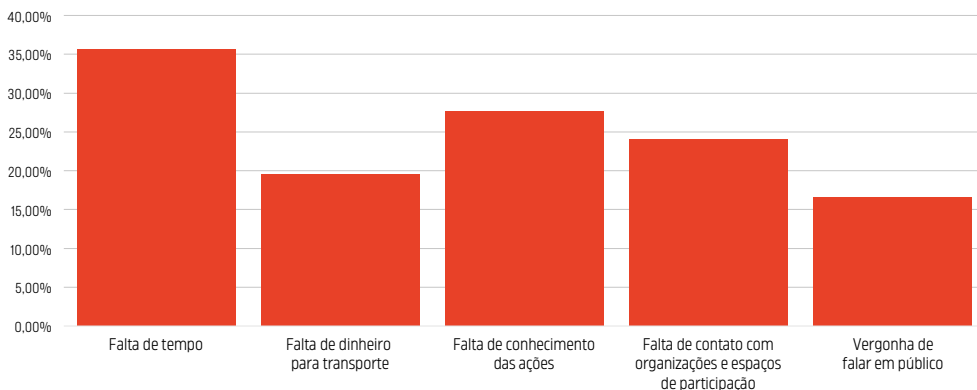
➤ **Participação cidadã da juventude: desafios e oportunidades**

A ampliação da presença do jovem na esfera pública encontra desafios nas duas pontas do processo. Se por um lado é necessário modificar a estrutura das instituições para que elas se tornem mais abertas para ouvir as demandas dos jovens, por outro é igualmente fundamental fazer a juventude se interessar por política e criar uma cultura de participação⁹.



9 BAHIA, A. M. F. **Participação do jovem é desafio para aprofundar democracia**. Observatório da Sociedade Civil. 2015. Disponível em: observatoriosc.org.br/participacao-do-jovem-e-desafio-para-aprofundar-democracia. Acesso: 03 out. 2022.

Figura 2: Gráfico - Desafios da Participação Cidadã



Fonte: Pesquisa Fala, Juventudes, 2022.

Para acessar a efetiva participação cidadã, as juventudes paraenses apontam desafios que envolvem questões estruturais como **falta de tempo**, a qual emerge de um cenário de vulnerabilidade - acentuado pela pandemia da COVID-19 - em que juventudes precisam dividir seu tempo entre estudo, trabalho - incluindo informais, autônomos e trabalhos domésticos - além de fatores como distância entre os centros e espaços decisórios.

Outro ponto é a **falta de dinheiro para transporte**, a qual pode ser mitigada pela garantia de acesso a mecanismos de crédito, assistência para a participação cidadã dessas juventudes na construção democrática do Estado e ampliação dos meios de mobilidade urbana como transportes ativos.

Ademais, a **falta de acesso à informação sobre formas de participação** também segue como um

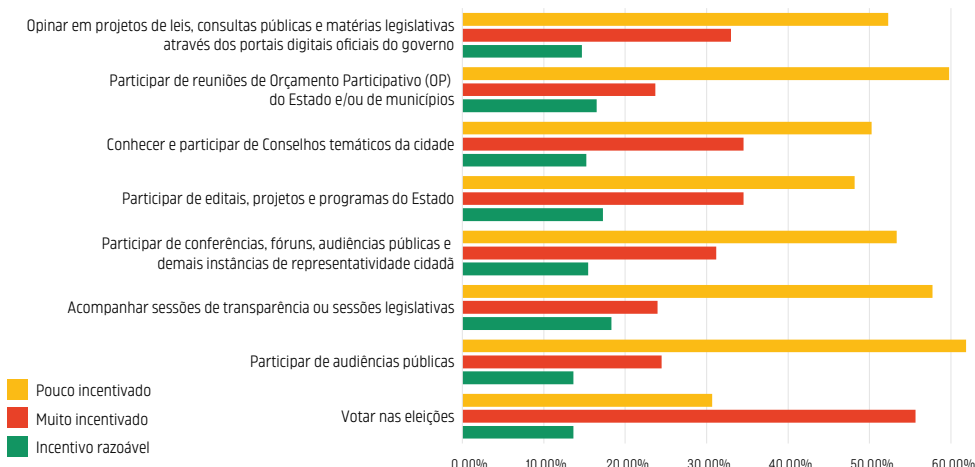
empecilho para as juventudes, revelando o distanciamento de organizações e instituições para com a efetivação da democratização da participação política.

Ainda, encontra-se a **vergonha para falar em público** como uma dificuldade de participação, a qual levanta o seguinte questionamento: *Será que a vergonha de falar em público deriva da timidez, ou é uma expressão de restrição socialmente construídas, profundamente enraizadas, contra a fala numa cultura de dominação?* A participação cidadã, enquanto direito, permanece sendo privilégio de poucos.

Os apontamentos das necessidades e ausências enfrentadas pela juventude paraense conversam com as estruturas de organização das representações institucionais já existentes. Portanto, há caminhos direcionados a distintos órgãos estaduais, como as secretarias, importantes espaços de discussão que se somam aos debates reivindicados pela juventude.

Esse cenário se alia também à falta de incentivo às juventudes para que adentrem esses locais, conforme demonstra o quadro a seguir:

Figura 3: Gráfico - Formas de Incentivo aos Jovens na Participação Política



Fonte: Pesquisa Fala, Juventudes. 2022.

O principal meio incentivado à participação da juventude se dá em votar nas eleições, limitando a juventude a se movimentar em momentos pontuais, estagnado em local de mobilizado e não elaborador e determinante político.

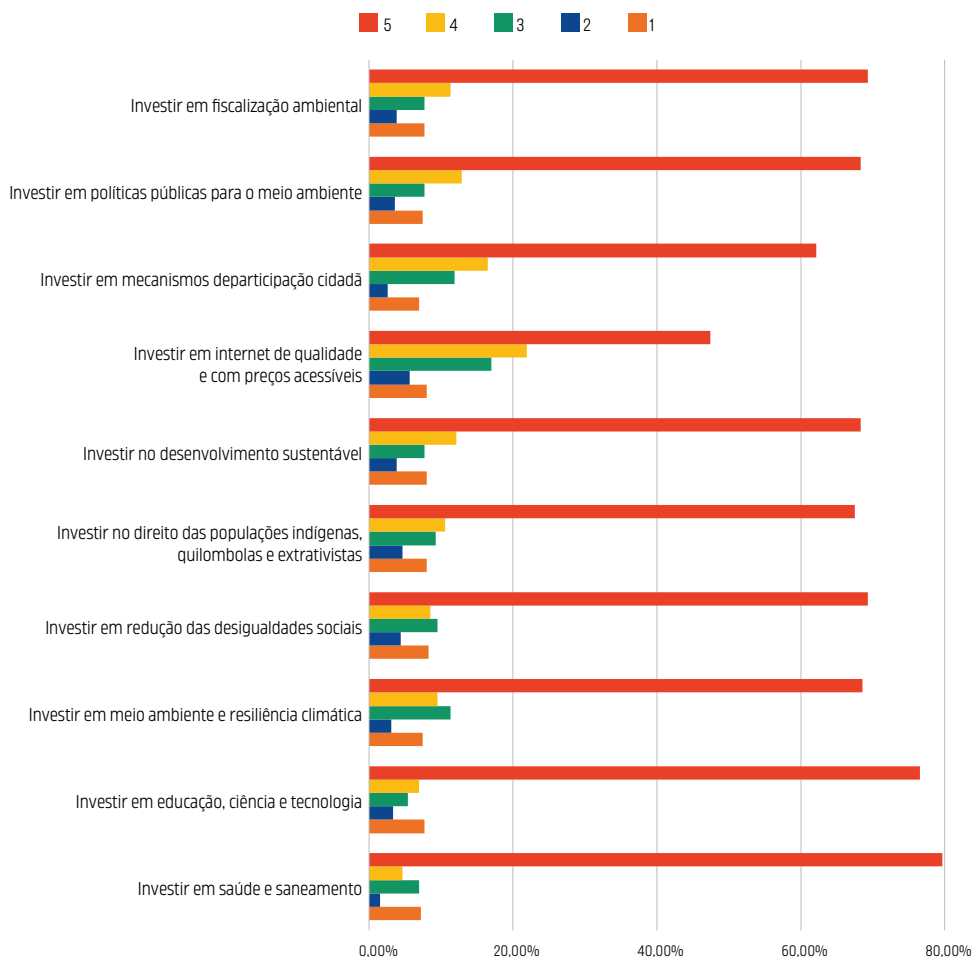
Investir na Amazônia é...

Pelas metodologias traçadas pela pesquisa Fala, Juventudes do Pará 2022, pode-se compreender como as juventudes estão sentindo e se envolvendo ativamente (ou não) com as políticas públicas

desenvolvidas no Estado do Pará, partindo do princípio do que entendem por necessidades sociais vivenciadas pela própria juventude nesses territórios.

A preocupação dos participantes da pesquisa quanto ao investimento nas populações amazônicas se expressa dentro das esferas do meio ambiente, das desigualdades sociais, da educação, saúde e saneamento básico, direitos das populações indígenas, quilombolas e extrativistas...

Figura 4: Gráfico - “De 1 a 5, considerando 1 menos importante e 5 o mais importante, você considera que investir nas populações amazônidas é..”



Fonte: Pesquisa Fala, Juventudes. 2022.

Pensar na preocupação das juventudes quanto aos investimentos necessários nas áreas elencadas, expõe a construção de uma agenda social equivalente às demandas reais expostas. Investimento em **educação, ciência, tecnologia,**

saúde e saneamento são, para jovens, a construção base de um desenvolvimento mais sustentável e realista quanto a vivência espacial, social, política e cultural em seus territórios.

Figura 5: Gráfico - “Se você fosse governador do Pará, quais seriam suas ações nos 100 primeiros dias de governo?”

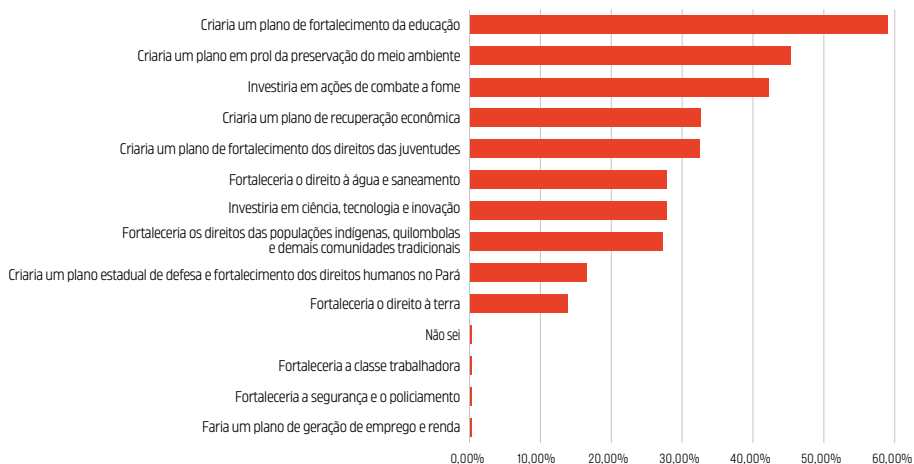
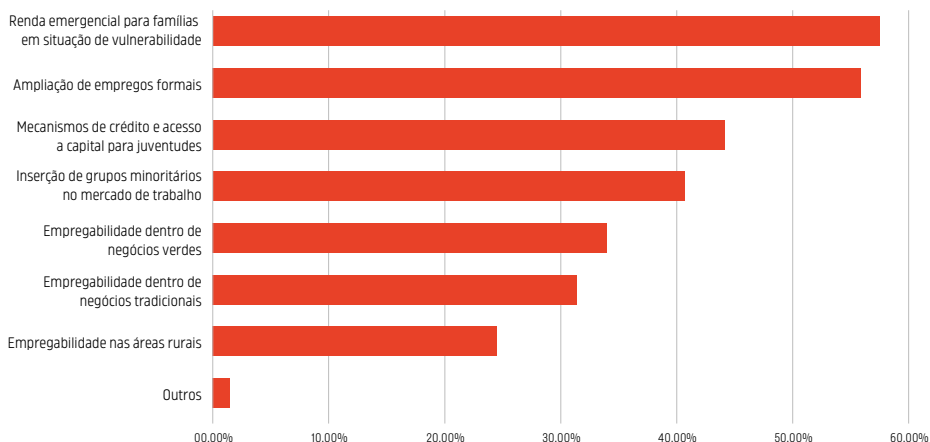


Figura 6: Gráfico - Opinião: “Pensando no futuro das juventudes, quais são as três ações prioritárias para instituições públicas e privadas ajudarem jovens a lidar com efeitos da pandemia considerando questões relativas a trabalho e renda?”



➤ Renda e suporte financeiro

A atuação política não depende somente da vontade, de consciência política, mas de projetos direcionados a construir possibilidades e oportunidades para atuação política plena, prevendo mecanismos de crédito e acesso ao capital para as mesmas materializarem as mudanças que gostariam de ver em seus territórios.

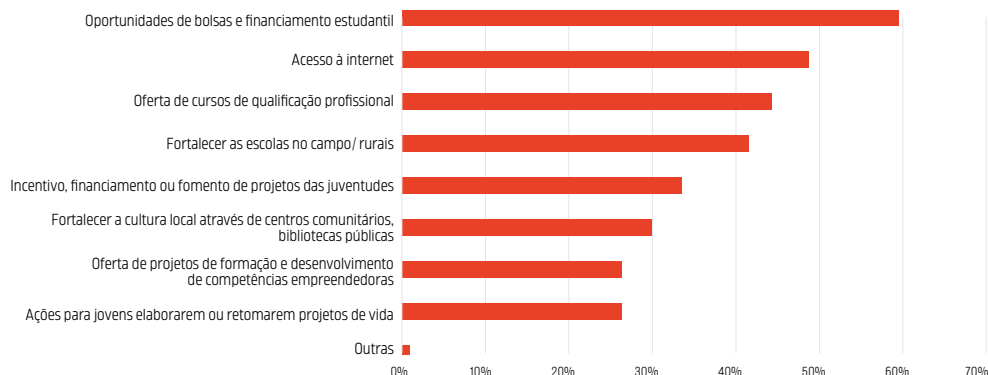
Uma juventude precarizada, em situação de vulnerabilidade, desvincula-se dos caminhos de intervenção na realidade. Assim é essencial a implementação de projetos de financiamento à formação de lideranças em seus territórios e programas de ampliação da participação da juventude com subsídio aos participantes.

➤ Educação de qualidade

Acerca dessa demanda, 67,5% das juventudes participantes da pesquisa afirmaram que a área da Educação, Ciência e Tecnologia deve ser priorizada por candidatos, em seus planos de governo.

Dessa maneira, compreende-se que a população jovem demanda uma necessidade no que concerne ao processo educacional de suas esferas, priorizando não somente empregabilidade, mas uma formação de qualidade nos âmbitos de ensino, pesquisa e aplicabilidade de tecnologias eficazes no desenvolvimento social - seja urbano, seja rural.

Figura 7: Gráfico - Opinião: “Pensando no futuro das juventudes, quais são as duas ações prioritárias para instituições públicas e privadas ajudarem jovens a lidar com efeitos da pandemia considerando questões relativas à educação?”



Inclusão digital e conectividade

A exclusão digital é também um fator limitante de acesso a informações seguras e aos debates democráticos no âmbito de políticas públicas e processos de tomadas de decisão, limitando a juventude do Pará em suas articulações, movimentos e atuações políticas por falta de conhecimento das ações de participação cidadã.

No contexto atual, o uso da Internet é uma das principais ferramentas para promover ou viabilizar a participação cidadã, conforme aponta Almeida (2015), que cita “a inclusão digital é meio para o exercício, por exemplo, da manifestação do pensamento, de participação política ou ainda como condição de exercício da cidadania em tempos de redes sociais e aplicativos de celular”.

Empoderamento e representatividade

Em muitos espaços de discussão e desenvolvimento de ações, a participação acaba sendo direcionada por grupos que redirecionam as decisões sem, necessariamente, serem o público-alvo dela, convidando o público para uma participação por representação e não validativa.

Além disso, a timidez também se expressa, se associando a uma questão de insegurança, retração, desconforto e desejo de não se expor, evitando as situações sociais - dentre elas a

de falar em público, de transtorno de ansiedade social, conforme aponta Marinho (2018), ou de, simplesmente, sentimento de não reconhecimento da sua realidade e pertencimento.

Considerar as especificidades de cada juventude rompe com limitantes de exclusão das pautas, que gera uma discussão polarizada modificando a forma de compressão das questões sociais que envolvem as juventudes. Com esses pontos, é importante citar que o desenvolvimento local deve, portanto, estar centrado nas pessoas e na ampliação do seu bem-estar, entendido como aumento do escopo das escolhas, da capacidade e, sobretudo, da liberdade de escolher.

Acolhimento e Saúde Mental

Para além desses desafios, foram apontados também a falta de apoio familiar, medo ou receio de violências políticas e sociais, sensação de não fazer a diferença ou descrença com o futuro, preocupação com assédio e racismo, burocracias, dentre outros motivos que interferem na participação cidadã dessa juventude. O levantamento dos problemas que afetam os jovens, meios de mitigação desses problemas bem como o conhecimento da realidade em que vivem, podem constituir instrumentos eficazes na elaboração e execução das ações políticas.

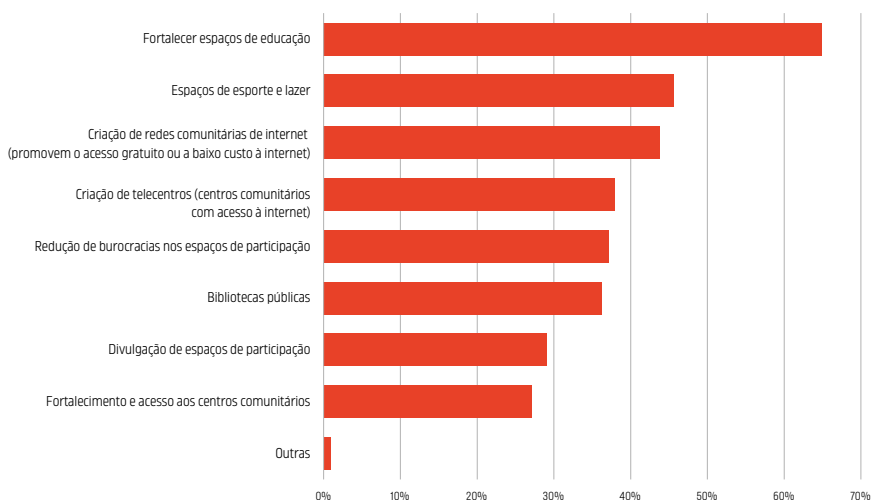
Participação Cidadã das Juventudes

Por fim, incentivar a participação cidadã das juventudes é essencial para a construção democrática de qualquer sociedade, assim como é essencial na perspectiva socioeconômica e ambiental frente ao contingente de juventudes. É importante salientar que a desmobilização de juventudes é um dos riscos elencados pela 17ª Edição do Relatório

de Riscos Globais¹⁰ do *World Economic Forum* sobre o futuro do planeta.

Sendo assim, entende-se que promover espaços e incentivar a participação cidadã das juventudes é importante não só para o fortalecimento e expansão do multissetorialismo no Brasil, mas também como uma das medidas necessárias de todos os governos e demais instituições que possuem qualquer compromisso com o futuro do Brasil.

Figura 8: Gráfico - Opinião: “Pensando no futuro das juventudes, quais são as três ações prioritárias para instituições públicas e privadas ajudarem jovens a lidar com efeitos da pandemia considerando questões relativas à participação cidadã das juventudes?”



10 World Economic Forum. 17th Edition. ISBN: 978-2-940631-09-4. 2022. Disponível em: www.zurich.com.br/-/media/project/zwp/brazil/docs/the-global-risks-report-2022.pdf acessado em: 08/02/2023

Conclusão - próximos passos, o que estamos esperando

As elaborações, discussões e propostas apresentadas e defendidas aqui passaram por processos de construção coletiva desde a coleta científica de dados primários visando compreender quem são, o que pensam e o que projetam as juventudes paraenses até a elaboração do relatório e imersão com representantes de territórios urbanos, rurais, indígenas, ribeirinhos e quilombolas.

As discussões destacam como se traduzem na realidade os dados evidenciados, as ausências mapeadas em políticas públicas, e a elaboração e aplicação de projetos voltados à intervenção.

Sintetizando o que pensam e o que querem as juventudes paraenses, esta Agenda propõe direcionamentos que evidenciem a necessidade de protagonismo político das juventudes nos espaços de elaboração e decisão de políticas públicas, a partir do fortalecimento de discussões, de ações de mitigação dos efeitos da crise climática e das multicrises que são acentuadas para os sujeitos de grupos socialmente vulneráveis – seja por gênero, raça, etnia, sexualidade ou território

Com estes objetivos em foco, busca-se materializar as proposições, projetos e ações em parcerias com instituições públicas e privadas, fortalecendo as lideranças juvenis em atuação nos seus territórios e nos espaços políticos institucionais. Para alcançar objetivos de ampliação e acesso aos direitos, que são compartilhados

pelas instituições governamentais e pela população que os reivindica, alguns caminhos devem ser tidos como essenciais, tal qual a efetivação da presente Agenda política com direcionamentos socioambientais, com disposição mútua entre gestão pública, iniciativa privada e terceiro setor para a cooperação no enfrentamento das barreiras limitantes no que concerne aos processos burocráticos institucionais, no sentido de democratizar os espaços de decisão, assim coletivizando as elaborações e tomadas de decisão.

Esta Agenda apresenta-se também enquanto demonstração da potência de mobilização e ação perante a realidade que a juventude carrega. Espera-se dos gestores e setores mobilizados em contato com as discussões e proposições que atentem-se à evidente urgência de materialização das propostas, abertura de espaços de diálogo e garantia de atuação democrática para com os setores da juventude.

Espera-se, assim, que gestores e elaboradores de políticas públicas no Estado do Pará possam levar em consideração os caminhos e estratégias traçadas aqui com o objetivo de serem, de fato, eficazes e eficientes na promoção de uma juventude com direitos garantidos dentro das pluralidades amazônicas, das orientações expostas pelas jovens lideranças, e por um conjunto de jovens referenciados pelas pesquisas científicas. Em outras palavras, que se considere e se efetive a materialização desta Agenda por uma juventude que tenha, através das políticas públicas, qualidade de existência em seus territórios.

Glossário

Cis-heteronormatividade: ideologia segundo a qual existe apenas uma identidade de gênero (modo pelo qual o indivíduo reconhece o seu próprio gênero) e uma orientação sexual (norma pela qual a pessoa se atrai afetiva e sexualmente) “corretas”, ou seja, que devem ser socialmente aceitas. Segundo a cis-heteronormatividade, todas as pessoas teriam a identidade cis (gênero biológico compatível com o gênero pelo qual se reconhecem) e orientação heterossexual (atração por pessoas do sexo oposto).

Comunidade: conjunto de pessoas que habitam o mesmo lugar e que tem interesses em comum, compartilhando a mesma cultura e história.

Comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Nesse sentido, são comunidades tradicionais os povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

Corpo-território: consiste na reflexão de que os corpos das pessoas que lutam por pautas sociais e pela defesa de seus territórios também é constantemente ameaçado nesses contextos e que, por isso, também precisam ser defendidos. Em outras palavras, trata-se de perceber que nós fazemos parte desses territórios.

Juventude: nesta Agenda, adotamos o conceito de juventude tardia, isto é, consideramos juventude como o grupo de pessoas com idades entre 15 e 35 anos.

Mudanças Climáticas: é o fenômeno de alteração dos padrões climáticos a longo prazo. Esse é um processo natural, mas que vem sendo acelerado devido às ações humanas, ameaçando o funcionamento dos ecossistemas – que não estão tendo tempo de se adaptar a essas alterações – e colocando em risco as formas e modo de vida que conhecemos.

Programas: conjunto de projetos. Sendo assim, esta agenda apresenta caminhos possíveis para o desenvolvimento desta camada no processo de construção de juventudes amazônicas, a partir das suas particularidades.

Projetos: energia de pessoas e serviços voltada para um produto específico que desenvolva um objetivo elencado.

Protagonismo: é a capacidade de se reconhecer e de efetivamente ser agente de mudanças na realidade em que se está inserido.

Racismo e Injustiça Ambiental: consiste na constatação de que os impactos negativos da degradação do meio ambiente – que podem estar refletidos na falta de acesso à comida, à água potável, à saúde, à infraestrutura urbana, etc – atingem primeiro e com mais intensidade grupos específicos da sociedade, os quais já são vulnerabilizados de alguma forma.

Território: para os fins desta Agenda, entende-se por território como uma delimitação espacial com características socioeconômicas próprias onde uma comunidade tem suas vivências. Por isso, em muitos momentos falamos em territórios paraenses (no plural), considerando que o Estado do Pará é vasto e que teremos múltiplas e diferentes realidades dentro do Pará.

Território tradicional: é o território em que as comunidades tradicionais vivem e cultivam suas tradições e aos quais os povos tradicionais têm direito originário, em decorrência da ocupação tradicional – caracterizada pela habitação em caráter permanente, pelo desenvolvimento de atividades de caráter produtivo, pela preservação ambiental e pela reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições daquele povo.



Referências

ALMEIDA, L. G. A **Inclusão digital como direito fundamental não expresso**. 2015. 106p. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Paraná. 2015. Disponível em: <<https://uenp.edu.br/pos-direito-teses-dissertacoes-defendidas/direito-dissertacoes/6857-leonardo-goes-de-almeida/file>> Acesso: 07 fev. 2023.

ATLAS DAS JUVENTUDES. **Quem são as juventudes do Brasil?** 2021. Disponível em: <<https://atlasdasjuventudes.com.br/relatorio/>> Acesso: 10 jan. 2023.

BAHIA, A. M. F. **Participação do jovem é desafio para aprofundar democracia**. Observatório da Sociedade Civil. 2015. Disponível em: <<https://observatoriosc.org.br/participacao-do-jovem-e-desafio-para-aprofundar-democracia/>> Acesso: 03 out. 2022.

FREIRE, Jacqueline Cunha da Serra. **JUVENTUDE CAMPONESA E POLÍTICAS PÚBLICAS: pertinência social do Programa Saberes da Terra na Amazônia paraense**. 2009. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado. PDTU/NAEA. Universidade Federal do Pará, Belém,

GATTI, L. V. et al. **Amazonia as a carbon source linked to deforestation**

and climate change. Nature, v. 595, n. 7867, p. 388–393, 15 jul. 2021.

INFOAMAZONIA. Luciana Gatti: **Estamos acabando com nossa fábrica de chuvas**. 2020. Disponível em: <<https://infoamazonia.org/2022/07/29/luciana-gatti-estamos-acabando-com-nossa-fabrica-de-chuvas-amazonia/>> Acesso: 10 jan 2023.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tania. **Racismo ambiental, o que é isso**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2006.

FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Juventude e violência - Dados, pesquisas e análises**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/juventude/>

MARINHO, A. C. F. **Medo de falar em público e timidez em universitários**. Dissertação (Programa de pós-graduação em Ciências Fonoaudiológicas). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. Belo Horizonte, 2018.

World Economic Forum. 17th Edition. **The Global Risks Report 2022**. ISBN: 978-2-940631-09-4. 2022. Disponível em: www.zurich.com.br/-/media/project/zwp/brazil/docs/the-global-risks-report-2022.pdf acessado em: 08/02/2023

Expediente

Realização

Instituto COJOVEM - Cooperação da Juventude Amazônida para o Desenvolvimento Sustentável

Equipe executiva

Aryane Parra
Karla Giovanna Gonçalves de Souza Braga
Maria Clara Gurjão
Mattheus Oliveira Silva
Natália Moraes
Thaís Nazaré Ferreira Gouveia

Coordenação de pesquisa

Karla Giovanna Gonçalves de Souza Braga

Pesquisa

Joyce Grasielle Chaves Fonseca
Karla Giovanna Gonçalves de Souza Braga
Ligia da Paz de Souza
Pedro Israel Mota Pinto
Raquel de Jesus Freitas

Textos

Joyce Grasielle Chaves Fonseca
Karla Giovanna Gonçalves de Souza Braga
Ligia da Paz de Souza
Pedro Israel Mota Pinto
Raquel de Jesus Freitas

Revisão

Thaís Nazaré Ferreira Gouveia

Projeto Gráfico, Diagramação e Ilustrações

Renata Segtowick

Realização:



Apoio:



Afroamazônida



COLETIVO *miri*



Gerência de Promoção dos Direitos da Juventude



JOVENS PELO FUTURO XINGU

JAN DY RAS

kamarar Wã Tembê Tenetehar



SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS



Tapajós de Fato

ISBN: 978-65-980941-0-2

